

46º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

## “Quando cheguei à EMATUM em Setembro de 2015, a empresa já estava em falência técnica”, Hermínio Tembe, actual director-geral

- Hermínio Tembe foi o segundo declarante a ser ouvido ontem pelo tribunal. É quadro do Ministério das Pegas onde chegou a exercer o cargo de Secretário Permanente, tendo cessado em 2015 para juntar-se à EMATUM. “Em Agosto de 2015 fui convocado pelo então Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas, Agostinho Mondlane, para uma conversa sobre os objectivos e desafios da EMATUM. Ele disse que havia visto em mim capacidades necessárias para ir colaborar e apoiar a empresa a superar os desafios que enfrentava. Propôs-me que fosse à empresa para ocupar o cargo de administrador executivo”



Hermínio Tembe



O declarante disse que quando se apresentou à EMATUM em Setembro de 2015, foi recebido pelo então PCA António Carlos do Rosário. Foi nessa ocasião que Hermínio Tembe ficou a saber que a empresa, além da pesca e processamento do atum, tinha a componente de defesa e segurança. “Por causa da natureza classificada do sistema em que se enquadrava a EMATUM, o processo da sua criação teria sido conduzido de forma não muito comum. Algumas etapas importantes foram sacrificadas e havia consciência de que isso teria consequências no futuro”.

Por exemplo, o projecto de construção de embarcações não foi submetido à aprovação das autoridades competentes, incluindo o Ministério das Pescas. “A construção de embarcações não foi acompanhada pelas autoridades marítimas, por isso quando chegou o primeiro lote de barcos houve necessidade de fazer trabalho de adequação”.

Disse que tomou conhecimento, através do PCA António Carlos do Rosário, que a empresa tinha, nos seus activos, embarcações que não faziam parte do lote de pesca, nomeadamente os Ocean Eagles. Mas em termos práticos e concretos, não constatou nada que indicasse que a empresa tinha a componente de defesa e segurança.

Explicou que quando chegou à EMATUM, encontrou a empresa com dificuldades para operar, uma vez que se encontrava em situação de falência técnica. “A empresa apresentava nas suas contas capitais próprios negativos, muito acima dos limites estabelecidos no Código Comercial. Ou seja, o passivo é constituído por 500 milhões de dólares que se serem da componente da defesa e segurança e não representavam nenhum activo da empresa, além de três embarcações patrulha *Ocean Eagle* e o respectivo equipamento, igualmente contrários ao seu objecto”.

Havia necessidade de reestruturar a empresa e foi feito um novo plano de negócios que expurgava a componente de defesa e segurança. “Nesse novo ensaio de plano de negócios foi expurgava a componente de defesa e segurança e a dívida da EMATUM ficava em 96 milhões de dólares. Subscrevi o ensaio, mas não com total conforto”. E explica as razões: “O método de exclusão de partes usado para determinado o valor dos activos não era normal. O normal seria contratar peritos credenciados para fazer a avaliação dos activos da empresa, de modo a aferir o valor comercial de cada embarcação. Em função das constatações desenhar-se-ia um plano realístico de negócios”.

O declarante disse que nunca teve a oportunidade de trabalhar com o estudo de viabilidade da EMATUM e diz que o mesmo foi concebido apenas para conseguir o financiamento bancário. “É praticamente impossível, com 24 embarcações, pescar e vender atum para pagar 850 milhões de dólares de dívida. A vida útil dos barcos é de 25 anos e pode-



Hermínio Tembe

riam sair das operações antes de recuperação do investimento. Como gestor, as minhas atenções estavam focadas no plano de negócios da empresa”.

Quando cheguei à empresa em 2015 operavam apenas duas embarcações, e mais tarde o número subiu para cinco. Mas a estrutura que estava montada na empresa, incluindo a mão-de-obra, era para 24 embarcações. “Havia uma estrutura pesada de custos porque a maioria das embarcações estava atracada. As embarcações que iam à faina tinham avarias constantes, o que afectava a produtividade da empresa”.

A primeira exportação da EMATUM foi para Uruguai e União Europeia. Durante o período em que estive a operar, de Dezembro de 2014 a Abril de 2016, a empresa exportou 240 toneladas de atum para diversos países, tendo obtido receitas no valor de 500 mil euros. A nível doméstico, a empresa vendeu 97 toneladas de atum e facturou 12 milhões de meticais.

A uma pergunta do Ministério Público, o declarante disse que em 2015 a área financeira da empresa, sem coordenar com o pelouro das operações, importou 25 toneladas de carapau para servir de isca para a pesca do atum. “Foi um grande erro. Carapau nunca serviu como isca apropriada para a pesca do atum. Como pelouro das operações não fomos ouvidos, nem o pessoal do *procurement* foi envolvido. O normal seria o pelouro das operações fazer a solicitação e naquela altura a empresa tinha conhecimento de que o carapau não era a isca apropriada. Isso deixou-me muito revoltado. Comprar carapau para servir de isca do atum é jogar o dinheiro fora”. O declarante disse que não sabe qual foi o destino dado às 25 toneladas de carapau.

Economista com especialização em pescas, Hermínio Tembe disse que a pesca de atum é um grande negócio: “É um grande negócio que vale a pena apostar. Mas tem de ser feito com rigor e disciplina para evitar situações como esta em que nos encontramos hoje”. O declarante explicou que a costa moçambicana é uma das principais zonas de ocorrência do atum em todo o Oceano Índico. Anualmente, perto de 150 embarcações estrangeiras são licenciadas para pescar o atum em Moçambique. “Se não tivéssemos muito atum em Moçambique não teriam tantos barcos licenciados. A maioria frota é da União Europeia, depois vem o Japão. Anualmente perdemos cerca de 60 milhões de dólares com a pesca ilegal do atum”.

Hermínio Tembe começou como administrador de recursos humanos e mais tarde passou a acumular com as funções de administrador do pelouro de operações. Em Maio de 2019, quando foi dissolvido o conselho de administração da EMATUM, foi nomeado director-geral da empresa e os accionistas passaram a assumir as funções de conselho de administração e de assembleia-geral.

Confirmou que quando passou para a trabalhar para a EMATUM continuou a receber o salário do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas por quatro ou cinco meses. Ou seja, o declarante recebia da empresa e do Estado. E justifica: “Quando foi destacado para a EMATUM, o Ministro pediu-me que continuasse a liderar a equipa que estava a reestruturar o Ministério pois, além de pescas, passava a englobar as componentes de mar e águas interiores. Era preciso definir novas competências”. Na EMATUM, Hermínio Tembe tem um salário mensal líquido de 313 mil meticais.



## Antigo PCE da EMATUM e actual director-geral da PESCAMAR diz barcos de pesca custam USD 4 milhões e não USD 22 milhões

No 46º dia do julgamento, o tribunal retomou a audição do declarante Felisberto Manuel, que desempenhou as funções de Presidente da Comissão Executiva (PCE) da EMATUM entre 2016 e 2018. Ontem, era a vez do assistente no processo, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) e da defesa de interrogar o declarante.

Felisberto Manuel era director-geral da PESCAMAR, a empresa de pesca baseada na Beira que em Dezembro de 2010 viu uma das suas embarcações, o Vega 5, sequestrada por piratas somalis. “Perdemos o contacto com a embarcação na manhã do dia 28 ou 29 de Dezembro de 2010. Todos os dias, no período da manhã, a direcção da empresa deve entrar em contacto com as embarcações. Naquele dia não conseguimos estabelecer contacto com o Vega 5. Depois de várias tentativas, começamos a fazer buscas, usando meios aéreos a partir das cidades da Beira e de Maputo”.

A partir do quarto ou quinto, a PESCAMAR decidiu fazer uma operação de buscas mais alargada, cobrindo toda a costa moçambicana. “Alugamos aviões na África do Sul e um deles veio a localizar a embarcação a navegar entre Angoche e Nacala nas mãos de piratas. Posteriormente, levaram a embarcação até Somália, onde foi sujeito a obras de modificação. Depois voltou ao mar para servir como barco mãe de operações de pirataria. Mais tarde a embarcação foi localizada e afundada no golfo arábico em Março de 2011 pela Marinha de Guerra Indiana. Nessa operação nós perdemos 11 tripulantes”.

O declarante disse que os piratas estavam baseados na Somália e agiam a mando de senhores de guerra que comandavam o sequestro das embarcações e depois exigiam resgate. “No caso do Vega 5, eles não exigiram resgate. Uma vez que a embarcação tinha grande autonomia, eles usavam-na para transportar lanchas rápidas de ataque a navios”.



Felisberto Manuel

A PESCAMAR é uma empresa detida pelo Estado moçambicano e por uma empresa espanhola denominada PESCANOVA. Foi esta empresa que adquiriu lanchas rápidas e forneceu à Marinha de Guerra de Moçambique para garantir a protecção de embarcações, o que permitiu que a tripulação voltasse a operar. “Na altura, o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) foi até Beira onde fez um trabalho de perícia com o veleiro malgaxe que transportou os piratas até ao Vega 5. Eles apresentaram-se e interrogaram-me”.

À uma pergunta da defesa, o declarante confirmou que já participou em vários processos de compra de barcos de pesca. A


última vez foi na PESCAMAR, empresa onde se encontra a trabalhar actualmente como director-geral. “Diferentemente das embarcações da EMATUM que são palangreiros de 23 metros, os barcos que compramos para PESCAMAR eram arrastões de 32 metros e levavam uma fábrica a bordo. Tem uma sala de processamento, placas de congelação e um porão para conservar o produto congelado. Pescamos camarão e embalamos no barco. Este tipo de embarcação custa cerca de quatro milhões de dólares”. No primeiro dia da sua audição, Felisberto Manuel disse que não entendia como é que os barcos da EMATUM tinham custado 22 milhões de dólares cada.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

